



Educação & Sociedade

ISSN: 0101-7330

revista@cedes.unicamp.br

Centro de Estudos Educação e Sociedade
Brasil

Diniz-Pereira, Júlio Emílio
FORMAÇÃO DOCENTE NOS ESTADOS UNIDOS: ALIANÇA CONSERVADORA E SEUS
CONFLITOS NA ATUAL REFORMA EDUCACIONAL NORTE-AMERICANA
Educação & Sociedade, vol. 29, núm. 102, enero-abril, 2008, pp. 233-252
Centro de Estudos Educação e Sociedade
Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314211012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

FORMAÇÃO DOCENTE NOS ESTADOS UNIDOS:
ALIANÇA CONSERVADORA E SEUS CONFLITOS NA ATUAL
REFORMA EDUCACIONAL NORTE-AMERICANA*

JÚLIO EMÍLIO DINIZ-PEREIRA**

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir o atual processo de reforma educacional nos Estados Unidos e da implantação de mudanças na formação docente desse país, à luz das análises dos professores Michael Apple e Kenneth Zeichner. A principal tese defendida neste texto é de que alianças conservadoras, percebidas por Apple e que vêm sendo estabelecidas na reforma da educação como um todo nos EUA, são mais complexas de serem reproduzidas na implementação de mudanças na formação docente desse país, conforme análise apresentada por Zeichner. Não é propósito deste texto fazer uma análise do tipo “educação comparada” com a reforma educacional e da formação de professores no Brasil. Todavia, o leitor poderá perceber uma série de semelhanças – e também diferenças – entre o que vem acontecendo no vizinho do norte e a realidade do nosso país.

Palavras-chave: Formação de professores. Política educacional. Estados Unidos.

TEACHER EDUCATION IN THE UNITED STATES: THE CONSERVATIVE ALLIANCE
AND ITS CONFLICTS ON THE CURRENT EDUCATIONAL REFORM IN THE U.S.

ABSTRACT: The goal of this article is to discuss the current educational reform in the United States and the implementation of changes on teacher education at this country, based upon Michael Apple's and Kenneth Zeichner's analyses. The core idea defended by

* Este artigo subsidiou a palestra “A reforma da formação docente nos Estados Unidos: O que isso tem a ver conosco?”, proferida pelo autor durante o XI Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, no dia 23 de agosto de 2002.

** Doutor em Educação pela Universidade de Wisconsin-Madison (Estados Unidos) e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *E-mail:* juliodiniz@fae.ufmg.br

this paper is that conservative alliances, as they have been portrayed by Apple, and which have been created during this educational reform in the US, are harder to be reproduced for the implementation of changes on its teacher education programs, as Zeichner has pointed out. This paper does not intend to present a sort of comparative education analysis with the current Brazilian educational and teacher education reforms. However, the reader of this paper might realize a set of similarities – and differences as well – between these two countries in terms of their educational and teacher education reforms.

Key words: Teacher education. Educational policy. United States.

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir as atuais mudanças pretendidas na formação docente dos Estados Unidos. Para tal, uma análise do corrente contexto político e econômico estadunidense, bem como da reforma da educação como um todo nesse país, também se faz necessária. Dessa maneira, este texto está dividido em três partes: primeiro, apresento, apenas como pano de fundo, a atual conjuntura política e econômica norte-americana. Em seguida, baseado nas análises do professor Michael Apple sobre a reforma educacional nos EUA, discuto as alianças conservadoras que estão sendo estabelecidas para se colocar em prática tal reforma. Por último, enfatizo, apoiado nas análises do professor Kenneth Zeichner, aquele que é o principal tópico deste artigo: as mudanças na formação docente dos Estados Unidos.

A principal tese defendida neste texto é que as alianças conservadoras estabelecidas para a reforma do sistema educacional dos Estados Unidos como um todo são ainda mais complexas, tensas e contraditórias quando a questão é implementar mudanças na formação dos profissionais da educação neste país.

Não se pretende aqui fazer uma análise do tipo “educação comparada” com a reforma educacional e da formação de professores no Brasil. Todavia, o leitor poderá perceber uma série de semelhanças – e também diferenças – entre o que vem acontecendo no vizinho do norte e a realidade do nosso país. O estabelecimento dessas “pontes”, bem como a demarcação de suas especificidades são exercícios intelectuais que o leitor deste texto está convidado a fazer.

O atual contexto político e econômico dos Estados Unidos

O contexto político dos Estados Unidos alterou-se significativamente após a tragédia¹ do dia 11 de setembro de 2001. É indiscutível o crescimento do poder dos setores mais conservadores e de direita no país a partir desse dia. Desde então, a mídia dominante (*mainstream media*) tem desempenhado um papel importante na construção e manutenção de um forte sentimento patriótico, nacionalista – *Proud to be an American* – e xenofobista na população estadunidense.

Para entender esse quadro atual é importante regressarmos um pouco na história recente da política norte-americana. Por exemplo, vale a pena reconstruir o cenário político nos Estados Unidos momentos antes da tragédia do dia 11 de setembro. Como se sabe, após um processo eleitoral extremamente conturbado, em que a credibilidade do sistema “democrático” de escolha dos representantes políticos chegou a ser questionada no país, Al Gore, mesmo com a maioria numérica dos votos, foi derrotado por George W. Bush.² Além de uma certa desmoralização causada por esse processo eleitoral altamente tumultuado, o presidente G.W. Bush enfrentava um Congresso dividido ao meio: uma metade das cadeiras pertencia aos republicanos, partido do presidente Bush, e a outra metade à “oposição”, ao Partido Democrata.³ Havia uma previsão de muita dificuldade para governar o país em função dessa divisão no poder legislativo.

O acontecimento de 11 de setembro de 2001 foi muito bem explorado, com um forte apoio da mídia dominante, pelas forças conservadoras no país, incluindo o partido do presidente Bush, para se superar as dificuldades causadas pelo esdrúxulo processo eleitoral e pela cisão de poderes no Congresso americano. A fabricação de um discurso da necessidade de união do país – *United We Stand* – frente “a ameaça externa” e ao “eixo do mal” e da luta contra os opositores da “democracia” e da “liberdade” foi um dos grandes responsáveis pelo sucesso do fortalecimento da direita norte-americana nesse contexto.

Infelizmente, as discussões sobre a tragédia do dia 11 de setembro de 2001 têm sido, de um modo geral, bastante superficiais. O governo G. W. Bush adotou rapidamente a tática de tratar a questão de uma maneira maniqueísta – o “eixo do bem” versus o “eixo do mal” – e de explicar a complexidade do acontecimento com um simples argumento: “o mundo tem inveja de nós”. Não se debate o caráter político do

ocorrido nesse dia. Por exemplo, poderíamos perguntar: Por que o *World Trade Center* e o Pentágono foram escolhidos como alvos do “atentado” e não a Estátua da Liberdade? Qual o motivo de se atingir justamente os símbolos do poder econômico e militar norte-americanos? É sobre o poderio econômico atual dos Estados Unidos que continuamos essa breve e incompleta análise conjuntural.

No plano econômico, apesar dos atuais escândalos envolvendo grandes empresas norte-americanas, como, por exemplo, a *ERON* e a *WorldCom*, e de uma retração nas taxas de crescimento e de ofertas de emprego, bem como do aumento da pobreza no país, pode-se dizer que os Estados Unidos se distanciaram bastante do restante do mundo a partir das últimas décadas do milênio passado. De acordo com dados do Banco Mundial, em 2000, o produto interno bruto (PIB) dos Estados Unidos representava 31,1% do PIB do mundo. Essa porcentagem é maior do que o PIB de todos os países da Europa Ocidental que atingiu, naquele ano, 25,0% do total. Isso significa um valor de 9,8 trilhões de dólares, ou seja, muito maior do que o PIB de todos os países da América Latina, que foi de dois trilhões de dólares em 2000.

Outro exemplo que nos ajuda a dimensionar o enorme poderio econômico dos Estados Unidos construído nas últimas décadas é perceber que o faturamento anual de uma única rede de hipermercados nesse país – o *Wal-Mart* – é maior do que o PIB de países como Israel, Portugal ou Irlanda.

Esse poderio também se reflete na ciência e tecnologia, aliás, um dos setores mais importantes para a construção e manutenção dessa posição privilegiada dos EUA. Esse país é responsável por 40,6% dos gastos em pesquisa científica no mundo. Esse poderio econômico está bastante vinculado à produção científica e tecnológica norte-americana e ao domínio cultural exercido por esse país no mundo globalizado.

Portanto, a desigualdade econômica mundial é bastante evidente. Os Estados Unidos, que têm apenas cinco por cento da população do planeta, detêm mais de 30 por cento da riqueza global. Talvez, precisaríamos fazer uma re-leitura dos cálculos de Adam Smith, quem afirmou que para cada pessoa rica seriam necessárias outras 500 pobres, contextualizando-os no atual cenário de globalização do capital: dessa forma, para cada país rico são necessárias outras centenas de nações pobres e miseráveis. Eric Hobsbawn, em *A era dos extremos*, disse que os

Estados Unidos foram “o primeiro país a produzir uma vida boa para as massas”. Ele se esqueceu de enfatizar que essa circunstância – que, aliás, é bastante discutível – vem sendo possível à custa da fome e da miséria em uma parte significativa do planeta.

Finalmente, voltando aos atuais escândalos de grandes empresas nos Estados Unidos – aliás, algo que não tem sido muito discutido e anunciado pela grande mídia norte-americana, devido à “necessidade” de se manter a população informada sobre outros assuntos mais urgentes e importantes como, por exemplo, as novas ameaças terroristas ao país –, a revista inglesa *The Economist* fez uma interessante analogia em relação à atual situação da economia americana. Esse periódico comparou a economia dos EUA ao desempenho de um atleta olímpico sob o efeito de anabolizantes, sendo que estes representariam a valorização artificial dos ativos financeiros de parte de suas empresas. De acordo com essa revista, sem os “anabolizantes”, a economia dos Estados Unidos continua forte; resta saber quais serão os seus efeitos colaterais na economia mundial.

É, então, sob esse contexto político e econômico – aqui retratado de uma maneira apenas introdutória – que as atuais reformas educacionais estão sendo colocadas em prática nos Estados Unidos. A formação de uma aliança conservadora tem sido importante também para a implantação das novas políticas no âmbito da educação. Esse é o tema a ser abordado no próximo item deste artigo.

A atual reforma educacional nos Estados Unidos

Onde estava o presidente George W. Bush no exato momento quando ocorreu a tragédia de 11 de setembro de 2001? Você se lembra? Naquele instante, o presidente dos Estados Unidos estava visitando uma escola pública no estado da Flórida, mais especificamente, ele estava dentro de uma sala de aula de ensino fundamental (*elementary school*), verificando a habilidade de leitura de alunos em fase de alfabetização. Essa cena representa bem o espírito da reforma educacional que vem sendo colocada em prática pela administração do presidente Bush. A ênfase é na aprendizagem dos conteúdos escolares, particularmente, das habilidades de leitura e escrita, bem como dos fundamentos da matemática.

Essas intenções podem ser vistas também, de uma forma mais nítida e detalhada, no documento oficial para educação – “Nenhuma criança deixada para trás” (*No Child Left Behind*) – de G. W. Bush. Segundo esse documento,⁴ os principais componentes da atual reforma educacional nos Estados Unidos são:

1. Diminuir as diferenças de desempenho

- Responsabilidade e altos padrões (*Accountability and High Standards*): Os estados, os distritos escolares e as escolas devem se responsabilizar por assegurar que todos os estudantes, incluindo aqueles em desvantagem, atinjam altos padrões acadêmicos. Os estados devem desenvolver um sistema de punições e premiações para os distritos e as escolas responsáveis pela melhoria do desempenho acadêmico.
- Avaliações acadêmicas anuais: Avaliações anuais de habilidades de leitura e matemática fornecerão informações aos pais sobre o desempenho de suas crianças na escola e sobre como a escola está educando suas crianças. Além disso, esse sistema de dados anuais é uma ferramenta vital de diagnóstico para as escolas poderem melhorar continuamente. Com tempo suficiente para planejamento e implementação, cada estado poderá selecionar e confeccionar avaliações de acordo com sua escolha. E, ainda, uma amostra de estudantes da 4ª e da 8ª série de cada estado será avaliada anualmente, por meio da Avaliação Nacional de Progresso Educacional (*National Assessment of Educational Progress – NAEP*), para verificação da aprendizagem de leitura e matemática.
- Consequências para escolas que falharem na educação dos estudantes em desvantagem: As escolas que falharem no adequado progresso anual dos estudantes em desvantagem irão primeiro receber assistência e depois “ações corretivas” (*corrective action*), se continuarem falhando em relação a esse objetivo. Se as escolas falharem no adequado progresso anual dos alunos por três anos consecutivos, estudantes em desvantagem poderão usar fundos para se transferir para uma escola pública de melhor desempenho ou para uma escola privada, ou ainda receber serviços educacionais suplementares à sua escolha.

2. Melhorar o letramento ao colocar a leitura em primeiro lugar

- Foco na leitura nos anos iniciais: Os estados que criarem bons programas de leitura para estudantes da educação infantil até a segunda série, baseados em pesquisas científicas, poderão concorrer a recursos do novo programa “Leitura em primeiro lugar” (*Reading First*).

- Ensino da leitura na primeira infância: Os estados participantes do programa “Leitura em primeiro lugar” (*Reading First*) terão ainda a opção de receber recursos de um outro novo programa, “Leitura em primeiro lugar e o quanto antes” (*Early Reading First*), para implantação de métodos de pré-leitura baseados em pesquisa de programas de educação infantil, incluindo de zero a três anos.

3. Aumentar a flexibilidade, diminuindo a burocracia

- Flexibilidade: Mais escolas poderão desenvolver programas para melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes em desvantagem, usando recursos federais juntamente com financiamento estadual e local para melhoria da qualidade da escola como um todo.
- Mais recursos para escolas tecnológicas.
- Novas opções de flexibilidade para estados e distritos: Uma opção de privilégios concedidos (*charter option*) para estados e distritos comprometidos com a responsabilidade (*accountability*) e a reforma será criada. Esses estados e distritos se livrariam dos programas de exigências categóricas e, em troca, mandariam para o Ministério de Educação (*the Secretary of Education*) um acordo de desempenho de cinco anos de duração, por meio do qual estarão sujeitos a padrões especialmente rigorosos de responsabilidade (*accountability*).

4. Premiar o sucesso, punindo o fracasso

- Prêmios para a diminuição das diferenças de desempenho: Os estados com uma “performance” elevada e que diminuïrem as diferenças de desempenho entre os alunos, melhorando sua aprendizagem, serão premiados.
- Bônus de responsabilidade (*Accountability Bonus*) para os estados: Cada estado receberá um bônus cada vez que cumprir as metas de responsabilidade (*accountability*).
- Prêmios “Nenhuma criança deixada para trás” (*No Child Left Behind*) para as escolas: As escolas que demonstrarem sucesso ao melhorar o desempenho acadêmico de estudantes em desvantagem serão reconhecidas e premiadas com o bônus *No Child Left Behind*.
- Consequências para o fracasso: O Ministério da Educação (*The Secretary of Education*) será autorizado a reduzir recursos federais para despesas administrativas de estados que falharem no cumprimento de seus objetivos de desempenho acadêmico.

5. Implantar a escolha orientada dos pais (*Informed Parental Choice*)

- Relatórios das escolas para os pais: Os pais poderão fazer escolhas orientadas por meio de relatórios sobre o desempenho de todos os grupos de estudantes da escola de seus filhos e também de outras escolas.
- Escolas de Privilégio Concedido (*Charter Schools*): Recursos serão fornecidos para ajudar escolas de privilégio concedido a atingir alto padrão de qualidade.
- Programas inovadores de escolha escolar (*School Choice*) e pesquisa: O Ministério da Educação (*The Secretary of Education*) premiará com recursos os esforços inovadores para expandir os programas de escolha dos pais, bem como conduzir pesquisas sobre os efeitos desses programas.

6. Melhorar a qualidade dos professores

- Todos os estudantes sendo ensinados por professores de qualidade: Aos estados e distritos será dada flexibilidade no uso dos recursos federais para darem mais atenção para a melhoria da qualidade dos professores. Espera-se que os estados se certifiquem de que todas as crianças serão ensinadas por professores eficientes.
- Recursos para quem trabalha: Altos padrões de desenvolvimento profissional serão estabelecidos para certificar que os fundos federais estão promovendo uma prática de sala de aula efetiva e baseada em pesquisa.
- Fortalecer matemática e educação em ciências: A matemática e a educação em ciências no ensino fundamental serão fortalecidas por meio de parcerias entre os estados e instituições de ensino superior para a melhoria do ensino dessas disciplinas escolares. (Bush, 2000, p. 3-6)

Obviamente, educadores progressistas nos Estados Unidos, ou em qualquer parte do mundo, não se oporiam ao fato de que todas as crianças – mas também os jovens e os adultos que não tiveram oportunidade de estudar – estejam na escola, recebendo uma educação de qualidade e que efetivamente aprendam o conteúdo. Todavia, as questões que são colocadas por esses educadores nesse debate são: De que “conteúdo” e “qualidade” estamos falando? De quem? Para quem? Para quê? Além disso, a maneira de se colocar e manter todas essas pessoas nas escolas também difere bastante, dependendo da posição assumida nessa discussão.

Michael Apple, em seu mais recente livro, *Endireitando a educação* (*Educating the “right” way*), analisa as atuais políticas educacionais nos Estados Unidos, dentro de um contexto por ele denominado de

“restauração conservadora”. Qual seria então o papel das escolas dentro desse contexto? Pare ele, as escolas devem basicamente fornecer aos estudantes o conhecimento necessário para *competirem* em um mundo de rápidas transformações. Não se explicita, porém, por meio da crítica levantada por esse mesmo autor, quem define “o conhecimento necessário” para esse contexto, tampouco se a *competição* é realmente a única possibilidade nesse cenário.

De acordo com Apple (2001), quatro são os grupos de direita nos Estados Unidos responsáveis pela “modernização conservadora” na educação norte-americana: os *neoliberais*, profundamente comprometidos com o mercado e com a liberdade e a escolha individuais; os *neoconservadores*, grupos “saudosistas” que desejam o retorno da disciplina e do conhecimento tradicional às escolas; os chamados “*populistas autoritários*”, fundamentalistas religiosos e cristãos conservadores que querem o retorno de Deus (obviamente, o deles) em todas as instituições de ensino; e, finalmente, a “*nova classe média profissional e gerencial*”; ou seja, os “especialistas”, pessoas que têm um papel importante na implantação da reforma conservadora do estado, da educação e da formação docente.

Apple usa a expressão “modernização conservadora” para se referir à nova aliança estabelecida entre esses grupos de direita para a implantação da reforma educacional nos Estados Unidos. Essa aliança tem, na verdade, elementos trazidos de cada um desses quatro grupos. Todavia, trata-se de um fenômeno complexo, repleto de conflitos, tensões e contradições. Ainda baseado no livro aqui citado do professor Michael Apple, passo a explicitar então as características de cada um desses grupos e como eles contribuem para a formação dessa coalizão conservadora.

Os neoliberais

Os neoliberais, segundo Apple, representam o elemento mais poderoso na chamada “modernização conservadora” na reforma da educação dos Estados Unidos. Como se sabe, no neoliberalismo a idéia de democracia tem uma forte conotação econômica e não política. Dentro dessa concepção, a democracia é traduzida como prática de consumo. O mundo é visto essencialmente como um grande supermercado. O princípio da “liberdade de escolha” passa a ser o garantidor dessa democracia. Nessa ideologia, o ideal do cidadão é aquele do consumidor, ou melhor, o cidadão é concebido como o próprio consumidor.

Além disso, o neoliberalismo está orientado para a visão de um “Estado fraco”. O Estado deve intervir o mínimo possível na sociedade, pois esta deve se reger de acordo com a “lógica do mercado”. Consequentemente, tenta-se reproduzir a idéia maniqueísta de que o privado é bom e eficiente e que o público é ruim e ineficiente.

A principal consequência dessa ideologia na reforma educacional norte-americana é que a educação passa a ser concebida simplesmente como mais um produto a ser consumido no mercado. Os estudantes, assim como seus pais e responsáveis, também são tratados como consumidores. A “teoria do capital humano” é fortemente resgatada ao se conceber os alunos, além de consumidores, como “futuros trabalhadores”. Tem-se a partir daí a fabricação do seguinte discurso: “O mundo está intensamente competitivo economicamente e aos estudantes – como futuros trabalhadores – devem ser dadas oportunidades e habilidades apropriadas para competirem eficientemente”.

Outra consequência dessa visão da educação como mercadoria, do princípio de que a sociedade deve se reger de acordo com a “lógica do mercado” e da idéia de que “o privado é bom e o público é ruim”, é o processo de privatização do ensino público. Sendo assim, tenta-se garantir o livre direito de escolha do cidadão, ou seja, do consumidor, por meio do estabelecimento de carnês (*vouchers*) e programas de escolha (*choice plans*). Os pais ou responsáveis, também consumidores, caso insatisfeitos com a educação pública de suas crianças, poderão requisitar dinheiro público para custear a educação delas em instituições privadas de ensino (*charter schools*). Além de recursos públicos serem enviados diretamente para a iniciativa privada, esta também se interessa em “contribuir” com a escola pública de boa qualidade, financiando programas educativos na televisão (*Channel One*, por exemplo) ou a produção de materiais didáticos, exigindo em troca “apenas” a veiculação da propaganda de seus produtos nas escolas.

Porém, como dissemos anteriormente, no contexto norte-americano, os neoliberais não estão sozinhos. Existem outros grupos também de direita responsáveis pela concepção e implantação da atual reforma educacional no país.

Os neoconservadores

Segundo Apple, os neoconservadores constituem o segundo elemento mais poderoso nessa nova aliança hegemônica conservadora na

reforma educacional dos Estados Unidos. Diferente dos neoliberais, esse grupo é guiado por uma visão de “Estado forte” e interventor na melhoria da educação norte-americana. Ele defende o estabelecimento de um currículo obrigatório nacional ou, no mínimo, ao nível dos estados, que resgate o conteúdo tradicional, ou seja, “a tradição ocidental” do currículo, estabeleça padrões (*standards*) de desempenho, e que tais padrões sejam avaliados por meio de testes obrigatórios, também em nível nacional ou estadual.

Na opinião do professor Apple, apesar de divergirem quanto à participação do Estado na sociedade e, mais especificamente, na educação, neoliberais e neoconservadores têm forjado coalizões criativas na reforma educacional estadunidense. Por exemplo, assim como para os neoconservadores, interessa aos neoliberais a homogeneização dos currículos escolares e o estabelecimento de testes padronizados. Para os neoliberais, por um lado, a padronização do currículo e da avaliação é importante para se atingir um de seus objetivos na reforma: “garantir as oportunidades e habilidades apropriadas para os estudantes competirem eficientemente”.

Por outro lado, aos neoconservadores também interessa o movimento em direção aos programas de escolha e às “escolas de privilégio concedido” (*charter schools*), por meio dos quais poderiam exercer mais controle na definição de um “currículo tradicional” e no resgate da disciplina. Dessa forma, a aliança com os neoliberais é possível porque se trabalha com a lógica de que o currículo a ser desenvolvido nas escolas deve se basear no desejo e nas escolhas de seus “clientes”.

Outros dois grupos são também importantes nessa coalizão conservadora. Apesar de interesses específicos, ambos participam de maneira ativa na atual reforma da educação dos Estados Unidos.

Os “populistas autoritários”

Também chamados de a “Nova Direita” ou a “Direita Cristã”, os “populistas autoritários” defendem a preservação da família – o pai como o chefe, a mãe e os filhos subordinados ao primeiro –, considerada uma dádiva de Deus e o ponto de equilíbrio de toda a sociedade.

Assim como os neoconservadores, esse grupo está fundamentalmente preocupado com o ensino daquilo que consideram “o conhecimento

legítimo” nas escolas. Ambos defendem, então, a autoridade, a moral, a família, o ensino religioso e a decência nos currículos de todas as escolas americanas. Todavia, a conotação religiosa desse currículo “legítimo e tradicional” é mais explicitamente defendida por membros deste grupo do que do anterior.

Um exemplo bastante conhecido de atuação de grupos fundamentalistas cristãos, defensores do criacionismo, nos Estados Unidos, aconteceu no estado do Kansas, em 1999, quando se conseguiu a exclusão do ensino de evolução nos currículos de ciências naturais e biologia.⁵

Segundo Apple, a aliança desse grupo com os neoliberais também vem sendo possível. Apesar dos “populistas autoritários” não possuírem explicitamente interesses econômicos na reforma educacional americana, vêem na mercantilização e privatização da educação um meio para alcançarem seus objetivos específicos.

Por fim, existe um grupo que, em troca de benefícios materiais e da ampliação de sua influência no processo de reforma, também tem um papel importante nas mudanças pretendidas para a educação estadunidense.

A “nova classe média profissional e gerencial”

O quarto e último grupo integrante do processo de “modernização conservadora” na reforma da educação nos EUA é chamado por Apple de a “nova classe média profissional e gerencial”. Essa é uma fração da classe média que ganha mobilidade social e benefícios próprios dentro do Estado ou da economia, baseados no uso do conhecimento técnico. São os “especialistas” (*experts*), os responsáveis diretos pela implementação das reformas educacionais conservadoras nos Estados Unidos.

Esses “especialistas” são requisitados tanto por políticas neoliberais de mercantilização, como por políticas neoconservadoras de controle centralizado do currículo. Por exemplo, tal grupo dá o suporte técnico necessário para a implantação das políticas de responsabilidade (*accountability*) e de avaliação, ou seja, das medidas e do controle do “produto” da educação.

Portanto, a mobilidade social desse grupo depende da expansão das ideologias de controle, medidas e avaliação – instrumentos considerados “neutros” no processo de implantação da reforma.

Finalmente, é importante enfatizar que a atual reforma educacional nos Estados Unidos e as alianças conservadoras responsáveis por sua concepção e implementação são fenômenos bastante complexos. Sendo assim, tais alianças não acontecem de uma maneira simples e linear – como a breve reprodução neste artigo das principais análises do professor Apple pode sugerir.⁶ Há muitos conflitos e tensões no estabelecimento dessas coalizões, que ficam ainda mais evidentes nas mudanças que vêm ocorrendo na formação docente nesse país.

Mudanças na formação docente dos Estados Unidos

Tradicionalmente, a autorização para se lecionar nas escolas públicas e particulares dos Estados Unidos (*Teacher License*) é concedida pelos diferentes estados desse país. Para se conseguir tal licença, o candidato deve possuir o certificado de conclusão de um programa de formação de professores aprovado e reconhecido dentro de um dos estados americanos.

Existe uma luta ocorrendo neste momento nos Estados Unidos por mudanças nesse processo de concessão da licença para se exercer a profissão docente, com conseqüências para a formação dos professores. De acordo com Zeichner (2002), existem três “agendas” atualmente na reforma da formação docente nos EUA: a agenda desregulamentadora, a agenda regulamentadora e a assim chamada “agenda pela justiça social”.

Tanto a agenda desregulamentadora como a regulamentadora partem de um mesmo pressuposto: as escolas públicas norte-americanas não estão produzindo resultados satisfatórios. Segundo membros desses dois grupos, essa constatação é um “consenso nacional”. Esses grupos também concordam que tal situação não será mudada enquanto as salas de aulas não contarem com “excelentes professores”. Todavia, a maneira como preparar esses “excelentes professores” gera tensões e conflitos entre essas duas agendas. Finalmente, o terceiro grupo defende a educação e a formação docente como elementos cruciais para a construção de uma sociedade mais justa e mais humana, porém, está consciente – e luta por isto – que outras transformações sociais são também importantes e imprescindíveis.

Passo a discutir cada uma dessas agendas separadamente, procurando mostrar suas semelhanças e diferenças em relação ao movimento de aliança conservadora na reforma educacional nos Estados Unidos.

A agenda desregulamentadora

De acordo com o discurso da agenda desregulamentadora, resolver o problema da escassez de professores nos Estados Unidos, tanto numericamente quanto em qualidade, é o seu principal objetivo. Há estudos que mostram que serão necessários aproximadamente dois milhões de novos professores para lecionarem em escolas desse país na próxima década. Portanto, os membros desse grupo defendem a simplificação e a flexibilização do ingresso na profissão docente e dos processos de contratação dos professores, bem como a avaliação sistemática desses profissionais como forma de solucionar esse grave problema da educação norte-americana (Thomas B. Fordham Foundation, 1999).

Em relação à entrada na profissão docente, esse grupo é contrário àquilo que denominam “monopolização das faculdades de educação na formação docente”. Defendem, pois, que o melhor lugar para se aprender boas práticas de ensino é no próprio trabalho, na companhia de outros bons professores. Além disso, consideram a falta de preparação dos professores em conteúdos específicos o mais grave problema da formação docente hoje nos Estados Unidos. Criticam a ênfase em conteúdos pedagógicos nos cursos oferecidos pelas faculdades de educação.

Baseiam-se em pesquisas empíricas que procuram provar que a formação inicial não tem impacto significativo e/ou importância na preparação dos professores. Tais pesquisas evidenciam uma frágil conexão entre a titulação obtida pelos professores, ou a experiência que eles possuem, e o nível de aprendizagem de seus estudantes. Além disso, tais investigações afirmam que não há evidência empírica que comprove que professores preparados pelos cursos de formação reconhecidos pelos estados são mais eficientes do que aqueles egressos de programas que não têm tal reconhecimento oficial. Defendem por isso os chamados “programas de certificação alternativa”.⁷ Finalmente, esse grupo apresenta dados que procuram mostrar que não existe uma relação direta entre professores com formação pedagógica e o sucesso desses profissionais em sala de aula.

Esse grupo também defende a avaliação sistemática dos docentes, porém não aquela baseada na simples comprovação de cursos e outras atividades de formação realizados pelos professores e sua carga horária. São favoráveis à avaliação com base no desempenho (*performance*)

dos professores em sala de aula. Sendo assim, a avaliação dos docentes deveria estar baseada apenas em uma medida que realmente interessa: se os estudantes estão realmente aprendendo o conteúdo. Para tal, apóiam o desenvolvimento de métodos de avaliação e análises estatísticas “altamente precisas”, como poderosas ferramentas na avaliação dos professores. Esse grupo defende inclusive que os salários dos docentes sejam baseados nessa avaliação do desempenho em sala de aula.

Quanto à contratação de professores, esse grupo é a favor de que os diretores e os conselhos locais empreguem diretamente os docentes para trabalhar nas escolas. De acordo com pesquisas também mostradas por esse grupo, os diretores e os conselhos locais das escolas demonstram pouco interesse em contratar os candidatos mais academicamente preparados. Esses preferem empregar alunos egressos de suas próprias escolas, que tenham sido preparados em programas locais de formação de professores e cuja prática tem ajudado alunos com baixo rendimento escolar a adquirir “competência” e a conseguir bons resultados nas avaliações e testes. Dessa maneira, defendem a descentralização total do processo de contratação dos docentes.

A agenda desregulamentadora na formação docente dos Estados Unidos encontra apoio especialmente nos aspectos defendidos pelos neoliberais, na reforma educacional colocada em prática nesse país. Além disso, assim como nas políticas neoliberais, aqui também se conta com o suporte logístico da nova classe média profissional e gerencial. A Fundação *Thomas B. Fordham*, bem como outras agências educacionais conservadoras, por exemplo, a Fundação *Abell*, o Instituto de Pesquisa *Pacific* e o *Progressive Policy Institute*, são as principais fomentadoras das idéias defendidas nessa agenda nos Estados Unidos.

A agenda regulamentadora

O objetivo central da agenda regulamentadora é “profissionalizar” a preparação dos professores nos Estados Unidos. Esse grupo defende a centralização e a padronização dos processos de certificação dos futuros professores e que eles passem por testes de conclusão de curso, por meio dos quais devem demonstrar conhecimentos e habilidades específicas e pedagógicas. Um importante ponto para a agenda regulamentadora é definir o que os professores devem saber e saber fazer.

Três poderosas organizações nos Estados Unidos – *National Commission on Teaching and America's Future* (NCTAF), *National Council for Accreditation of Teacher Education* (NCATE) e *National Board for Professional Teaching Standards* (NBPTS) – defendem e ajudam a operacionalizar a regulamentação da formação e certificação dos professores pelos estados norte-americanos. A NCTAF, por exemplo, é uma organização privada mantida pela Fundação *Rockefeller* e Fundação *Carnegie*, em que a maior parte de seus membros é de representantes das faculdades de educação e de outras organizações educacionais, incluindo os dois principais sindicatos de professores dos Estados Unidos – *National Education Association* (NEA) e *American Federation of Teachers* (AFT) –, além de líderes de organizações privadas que adotam as recomendações dessa Comissão e por isso recebem recursos das fundações que a apóiam.

Tais organizações não especificam o currículo dos programas de formação de professores, tampouco o conteúdo das avaliações para a certificação. Todavia, definem os padrões (*standards*) de como os professores devem ser preparados, avaliados, contratados e até mesmo promovidos. Defendem que todos os programas de formação docente devem atingir esses “padrões profissionais”, caso contrário, são da opinião de que eles devem ser fechados. Esse grupo espelha-se em algumas organizações de profissões liberais, como as de Medicina e Direito que, já há algum tempo, também definem padrões (*standards*) para seus profissionais.

São igualmente favoráveis à avaliação sistemática dos professores em sala de aula. Todavia, diferem do grupo anterior quanto à metodologia de avaliação dos docentes. A NBPTS, por exemplo, defende a idéia de que um “bom professor” pode ser reconhecido apenas pela observação direta em sala de aula de outros bons e experientes professores. Em alguns estados americanos, professores são observados em sala de aula após o primeiro ano de docência e sua certificação plena e definitiva depende do resultado de tal avaliação. Em outros estados, professores submetem portfólios, incluindo fitas de vídeo e planos de aulas, bem como amostra de trabalhos dos alunos para avaliação de comitês. Tal processo de avaliação vem recebendo críticas dos defensores da agenda desregulamentadora, por considerarem esse um processo caro e que demanda muito tempo dos professores e dos avaliadores (Wilcox, 1999).

As idéias defendidas nessa agenda coincidem em muitos aspectos com os pontos apoiados pelos neoconservadores na reforma mais geral da educação dos Estados Unidos. Mais uma vez, o suporte da nova classe média profissional e gerencial é de fundamental importância para a implantação dos “padrões profissionais” e do processo de avaliação dos mesmos.

Apple é um dos maiores críticos desses processos de controle do trabalho docente, por meio do estabelecimento de “padrões profissionais” (*professional standards*). De acordo com esse autor, tais políticas de racionalização do trabalho docente levam, na verdade, à desqualificação dos professores devido à intensificação de seu trabalho e da perda de autonomia e respeito.

Antes de passarmos para a terceira e última agenda da reforma da formação docente nos Estados Unidos, o que Zeichner (2002) chama de “agenda pela justiça social”, é preciso enfatizar que as mesmas alianças que estão sendo possíveis na reforma da educação americana como um todo são mais complicadas de serem estabelecidas nas mudanças pretendidas para a formação de professores. Nessa área, as tensões e os conflitos são ainda mais profundos e evidentes. Essa constatação é, aliás, como já foi dito no início deste artigo, a principal tese defendida neste texto.

A agenda pela “justiça social”

Os que acreditam em uma agenda pela justiça social na formação docente nos Estados Unidos estão conscientemente enfatizando valores coletivistas, de solidariedade e de transformação da sociedade, também a partir da sala de aula. Esse grupo de professores e formadores de professores preocupa-se em ajudar futuros docentes a enxergarem as implicações políticas e sociais de suas ações e o contexto no qual eles trabalham, bem como a perceberem que suas escolhas e/ou decisões cotidianas estão ligadas a eixos de continuidade (reprodução do *status quo*) ou de mudança, transformação e resistência.

Um aspecto central defendido por essa agenda é a preparação de professores para lidar com a diversidade cultural nos Estados Unidos. Parte das pessoas identificadas com os pressupostos e os objetivos dessa agenda procura intervir no movimento conservador de definição de

“padrões profissionais” (*professional standards*) para os docentes, por meio do estabelecimento de “padrões alternativos e progressistas” nos cursos de formação de professores. Por exemplo, essas pessoas defendem que os docentes devem ser capazes de incorporar em sua prática aspectos relacionados à habilidade, experiência, cultura e estilo de participação dos alunos, bem como recursos da comunidade para melhorar a aprendizagem dos estudantes.

Outro ponto defendido por esse grupo é a preparação de um número maior de docentes de “minorias” raciais e étnicas para lecionar nas escolas públicas norte-americanas. Apesar do crescimento da diversidade cultural, racial e étnica na população discente dos Estados Unidos nas últimas décadas, a maior parte dos professores nesse país ainda é de mulheres brancas que não falam outra língua a não ser o inglês.

De acordo com Zeichner (2002), essa agenda vem sendo implementada, quase invisivelmente, por movimentos sociais progressistas. Um exemplo é o trabalho desenvolvido pelo grupo de educadores de Milwaukee (Wisconsin), *Rethinking Schools*. Outros grupos de professores e formadores de professores dentro dessa agenda também se articulam por meio de entidades, como a Associação Nacional para Educação Multicultural (*National Association for Multicultural Education* – NAME), *Tomás Rivera Center* e o Centro Para o Futuro do Ensino e da Aprendizagem (*Center for the Future of Teaching and Learning*).⁸

Finalmente, é importante frisar que, após a tragédia de 11 de setembro de 2001 e do crescimento das forças de direita nos Estados Unidos, os movimentos progressistas e mesmo as pessoas críticas e de esquerda no país vêm sofrendo sanções, discriminação e perseguição por parte dos governantes e de setores da sociedade, sendo inclusive rotulados como “impatrióticos”. Infelizmente, esse é um contexto político extremamente desfavorável para as ações transformadoras e contra-hegemônicas nesse país.

À guisa de conclusão

Neste artigo, o que procurei fazer foi discutir o atual processo de reforma educacional nos Estados Unidos e da implantação de mudanças da formação docente nesse país, à luz das análises dos professores Michael Apple e Kenneth Zeichner.

O que este texto traz de original é a constatação e a argumentação de que as alianças conservadoras, percebidas por Apple e que vêm sendo estabelecidas na reforma da educação como um todo nos Estados Unidos, são mais complexas de serem reproduzidas na implementação de mudanças na formação docente desse país, conforme análise apresentada por Zeichner. Nesse campo, então, as tensões e os conflitos dentro das alianças conservadoras são mais visíveis do que aqueles existentes para a implantação da reforma da educação americana em geral. Finalmente, é importante enfatizar que, apesar de um contexto político bastante desfavorável, existem grupos nesse país que procuram construir alternativas progressistas e ações contra-hegemônicas. Esse é um elemento importante que também não pode ser esquecido na análise desse processo de tentativa de implementação de uma reforma conservadora na educação e na formação de professores nos Estados Unidos.

Recebido em julho de 2006 e aprovado em dezembro de 2006.

Notas

1. Setores mais progressistas nos Estados Unidos preferem se referir ao ocorrido em 11 de setembro de 2001 como uma "tragédia", uma vez que várias pessoas inocentes perderam, de uma maneira trágica, suas vidas nesse dia. Setores conservadores do país insistem em usar as palavras "atentado" ou "ataque" para esse acontecimento, a fim de manter o clima de medo, insegurança e revanchismo na população.
2. Como se sabe, a eleição para presidente nos Estados Unidos é indireta e representantes de cada estado são eleitos pela população – o voto é facultativo e apenas cerca de 40% dos eleitores têm comparecido às urnas. Esses representantes expressam no Colégio Eleitoral a vontade da maioria dos eleitores em seu estado. Todavia, o número de representantes é definido pelo número de eleitores em cada estado. Assim, na eleição de 2000, mesmo contabilizando a maioria do total de votos, Al Gore elegeu um menor número de representantes para o Colégio Eleitoral. A decisão, como todos se lembram, ficou a cargo do estado da Flórida, onde um precário sistema de registro e apuração dos votos tumultuou bastante o processo eleitoral nos Estados Unidos naquele ano.
3. Não é objetivo deste artigo discutir o sistema político-partidário dos Estados Unidos. Porém, é importante reproduzir aqui a crítica dos setores mais progressistas no país, que vêem os Estados Unidos como uma "democracia de partido único". Ou seja, os partidos Republicano e Democrata seriam ramificações de um mesmo "partido político". O Partido Democrata não representaria, assim, uma verdadeira oposição ao Republicano. Essas "ramificações" discordariam de aspectos muito pontuais da política interna norte-americana, como a legalização do aborto, por exemplo, mas não apresentariam sérias divergências quando o assunto é política externa. Dessa maneira, ambos estariam subordinados ao poder econômico americano, considerado o único e verdadeiro "partido político" nos Estados Unidos.

4. Decidi reproduzir uma parte importante desse documento para que o leitor tenha mais informações sobre o que se pretende com a atual reforma educacional nos Estados Unidos.
5. Em fevereiro de 2001, a Secretaria de Educação do estado do Kansas, em função de toda a polêmica gerada por aquela decisão, reviu sua posição e estabeleceu que o ensino de evolução nas escolas primárias e secundárias do estado deve ser de caráter opcional.
6. Para um maior aprofundamento sobre a atual reforma da educação nos Estados Unidos, é imprescindível a leitura cuidadosa de toda a obra – aqui citada – desse autor.
7. Nos “programas de certificação alternativa” exige-se do candidato formação superior (bacharelado), porém sem necessidade de cursos formais de educação. Além disso, há necessidade de aprovação em um teste, por meio do qual o futuro professor comprova sua “competência” nos conteúdos específicos. Finalmente, o candidato recebe um treinamento específico para a docência, intensivo e em poucas semanas, normalmente enquanto já está trabalhando em sala de aula. *Teach for America*, em que cerca de três mil jovens se voluntariam a cada ano para trabalhar em escolas carentes, e *Troops to Teachers*, em que veteranos das forças armadas se apresentam para lecionar nessas instituições, são exemplos desse tipo de programa.
8. Para mais informações sobre as entidades citadas nesta parte do texto e o trabalho que elas desenvolvem, sugiro uma visita às seguintes páginas na internet: <<http://www.rethinkingschools.org>> (*Rethinking Schools*); <<http://www.nameorg.org>> (*National Association for Multicultural Education – NAME*); <<http://www.utsa.edu/trcss>> (*Tomás Rivera Center*); e <<http://www.cftl.org>> (*Center for the Future of Teaching and Learning*).

Referências

- APPLE, M.W. *Educating the “right” way*. New York: Routledge, 2001. 306p.
- BUSH, G.W. *No child left behind*. Washington, DC, 2000. 31p. (mimeo.).
- THOMAS B. FORDHAM FOUNDATION. *The teachers we need and how to get more of them*. Washington, DC, 1999. 18p. (mimeo.).
- WILCOX, D.D. The National Board for Professional Teaching Standards: can it live up to its promise? In: KANSTOROOM, M.; FINN, C. (Org.). *Better teachers, better schools*. Washington, DC: Department of Education, 1999. p. 163-197.
- ZEICHNER, K.M. *The adequacies and inadequacies of three current strategies to recruit, prepare and retain the best teachers for all students*. Trabalho apresentado na Conferência de abertura do Encontro Anual da Association of Teacher Educators, Denver, fev. 2002. 43p. (mimeo.).